

Vantagens na negociação da dívida

HUMBERTO QUADROS

23 DEZ 1985

Ext

O posicionamento da embulhada questão da dívida externa brasileira ainda não encontrou um caminho claro e definido. Pesam no horizonte dúvidas sobre a melhor e mais realística fórmula a ser finalmente perfilhada pelo Governo em seus próximos entrelavos com o FMI e, paralelamente, com os bancos credores.

Enquanto isso, o deputado Alberto Goldman, líder do PCB na Câmara Federal, acaba de apresentar um projeto supostamente destinado a retirar a questão da dívida do que ele mesmo classifica de "imobilismo das alternativas repetidas". Em vez disso, o parlamentar paulista propõe que o Brasil abra ainda mais as portas do mercado financeiro à participação dos bancos estrangeiros como forma de compensação pelas vantagens em termos de maiores prazos e menores juros e spreads que eles nos concederiam no bojo da renegociação dos compromissos.

E o caso de dizer: devagar com o andor que o santo é de barro. Os bancos estrangeiros aparentemente não estão a reivindicar uma fatia mais generosa do nosso promissor mercado. Pelo menos não o fizeram ainda (se é que vão fazê-lo) nas diversas etapas já vencidas das tratativas com o governo atual e os anteriores.

Assim, não é de boa tática oferecer ao adversário o que este não reclama. No mínimo, é jogar uma carta fora numa parada já de si extremamente difícil e penosa.

Melhor será guardá-la para a eventual necessidade de aguar a gula dos credores para deles obter-se uma concessão mais consistente nesse imbroglho.

Ademais, mesmo que se defenda uma postura liberalizante para a economia brasileira, é prudente — pelo menos no estratégico terreno do mercado financeiro — manter sob certos limites a presença e a influência dos bancos de fora. O fortalecimento de uma base autônoma para a nossa economia aconselha a preservação de uma posição majoritária bem clara do capital nacional (público e privado) no organismo financeiro do País. Não há nisso nenhum jacobinismo. Apenas, a perfeita consciência de que o domínio do movimento de capitais dentro de uma economia condiciona, em última análise, a definição das opções estratégicas que o País terá de adotar como modelo para o seu desenvolvimento econômico, social e, até mesmo, político.

Muito mais vantajoso, factível e oportuno — como alternativa válida e bastante criativa para o caso da dívida externa — será implementar-se o projeto apresentado para debate pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e que supõe a conversão parcial dos créditos mantidos pelos bancos estrangeiros no Brasil em poderosa alavanca de capitalização das empresas, mediante operações especificamente definidas no mercado de ações.

Esse projeto — que precisa ser amplamente debatido por vários segmentos da opinião pública para que, em torno dele, seja possível a formação de um consenso que venha a constituir-se em base política interna para a sua negociação com as partes externas interessadas — contempla não só vantagens tangíveis para o Brasil como, igualmente, para os próprios bancos credores.

Para nós seria imensamente importante poder contar com um substancial, ainda que progressivo, fluxo de recursos novos, através dos fundos de investimento e fundos mútuos, capazes de irrigar um capital de risco não só empresas já abertas como, e sobretudo, inúmeras outras até agora fechadas. As perspectivas de um crescimento econômico em níveis elevados nos próximos anos estão necessariamente a reclamar essa vigorosa injeção de capital que não seja originária do crédito público ou de empréstimos bancários a juros de mercado.

A presença marcante de capital de risco, com todas as cautelas e garantias que o próprio projeto da BVRJ desde já prevê, representará poderosa mola propulsora das atividades produtivas no conjunto da economia brasileira, notadamente pelo seu custo quase zero na captação. E qualquer aporte que venha a ser conseguido, a partir do montante atual da dívida, será não só benéfico para esse fim como igualmente positivo sob o

ângulo da redução dos nossos compromissos líquidos com os credores.

Para os bancos, também, a fórmula é interessante. Através de cotas de fundos, poderão eventualmente transferir para terceiros toda ou parte das importâncias convertidas em capital de risco, o que importará em antecipação de recebimento de seus créditos no Brasil. Por outro lado, o nível de ganho real do investimento feito em bolsa no mercado brasileiro é tão atraente — a considerar uma série histórica dos dez últimos anos — que até para um aplicador estrangeiro ele se torna vantajoso.

Não há, portanto, qualquer motivo para que se postergue o debate aberto e intenso do projeto da Bolsa do Rio. Ele, sim, deve merecer prioridade nas cogitações do Governo, quando tiver de encetar as negociações com vistas à reprogramação dos vencimentos dos 45 bilhões de dólares que se acumulam no horizonte de 86 a 91.

E preciso aproveitar a circunstância favorável de que o Brasil, agora, reúne fatores altamente positivos como um apreciável saldo de divisas, uma economia em nítida recuperação, um mercado acionário vigoroso e com excelentes perspectivas futuras, um clima político distenso e fortemente democratizado.

Esta é a hora e a vez do Brasil. Não há por que deixá-la passar com delongas imperdoáveis.